
Despacho Conselho Diretivo

Despacho Diretor Departamento

Concordo com a aprovação.
À consideração superior.

Paulo Lebre Duarte
Diretor do Departamento dos Bens Culturais
16.03.2026

Despacho Chefe Divisão

Concordo. Proponho a aprovação da presente proposta de plano bem como do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica.

À consideração superior

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais

GP	Informação	Data
69682	2024/1(035)	09.03.2026

Assunto

**PCGT - ID 937 Plano de
Pormenor de Vale Cães -
Lagoa. 2ª Conferência
Procedimental.**

Mensagem

ENQUADRAMENTO LEGAL

-Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
-Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica.
-Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro, aprova os Estatutos do Património Cultural, I. P.
-Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
-Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
-Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.

-Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

-Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, na sua redação atualizada.

-Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

Analisada a documentação disponibilizada, verifica-se a ausência de qualquer imóvel classificado ou em vias de classificação, à data, na área de intervenção do IGT em epígrafe.

PARECER DE ARQUEOLOGIA

1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

1.1. A presente apreciação recai sobre a proposta de elaboração do Plano de Pormenor de Vale Cães - Lagoa (PPVC), da responsabilidade da Câmara Municipal de Lagoa (CML), com a referência PCGT - ID 937.

1.2. O Património Cultural, I. P. (PC IP) é convocado nos termos do disposto no ponto 3 do art.º 5.º do Regime de Avaliação Ambiental de Planos e Programas /RJAAPP) (DL 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), tendo nomeado técnico representante do PC IP, a 25/02/2024, para efeitos do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em articulação com o artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

1.3. A 22/03/2024, foi submetida a informação GP 6115 na PCGT, com os contributos do PC IP, no sentido do aperfeiçoamento da proposta de PPVC na vertente da salvaguarda do património arqueológico.

1.4. A 30/05/2025, o PC IP emitiu parecer favorável à proposta do plano e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no âmbito da Conferência Procedimental, nos termos do despacho da Sr.ª Vice-Presidente do Conselho Diretivo do PC IP, de 29/05/2025, exarado na Inf. n.º GP 48510.

1.5. A presente apreciação enquadra-se na **2ª Conferência Procedimental**, agendada para 27/03/2026, e tem por base a documentação disponibilizada na PCGT para esse efeito, nomeadamente:

- Regulamento [06/10/2025];
- Planta de condicionantes - SRUP, à escala 1:2.000 (outubro 2025);
- Relatório ambiental (outubro 2025).

2. ENQUADRAMENTO LEGAL NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Na vertente de salvaguarda do património arqueológico, a presente apreciação enquadra-se nos seguintes diplomas legais, assim como Planos e Programas (que compõem o Quadro de Referência Estratégico).

2.1. Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro: artigos 40.º, 70.º, 74.º a 79.º, 103.º e 107.º.

2.2. Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo - LBPPSOTU): alínea h) do art.º 2.º; alíneas b) e c) do nº 1 do art.º 3.º; alínea a) do nº 2 do art.º 3.º.

2.3. Regime Jurídico de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAPP). Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio: alínea a) do artigo 2.º; alínea e) do nº 1 do artigo 6.º

2.4. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Decreto-Lei n.º 80/2015, na sua redação atual: alínea b) do nº 1 do art.º 4.º; alínea g) do artigo 10.º; artigo 17.º; alínea a) do nº 1 do art.º 102.º (conteúdo material); alínea a) do nº 2 do art.º 107.º, (conteúdo documental).

2.5. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT (Lei n.º 99/2019, publicada no Diário da República n.º 170/2019, Série I, de 5/09/2019).

2.6. Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve): Estabelece, como Opção Estratégica 5, a «*Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico, que traduz o reconhecimento do potencial de aproveitamento deste recurso territorial*». Para o efeito, forma definidas Normas Específicas de Carácter Setorial 4.7. Património Cultural Histórico-Arqueológico, relativas à salvaguarda do património arqueológico no âmbito da elaboração dos IGT.

2.7. Plano Diretor Municipal de Lagoa (PDML) (publicado no Diário da República n.º 166/2021, Série II de 26/08/2021, através do Aviso n.º 16179/2021) e **Plano de Urbanização da Cidade de Lagoa (PUCL)**, vigentes.

3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

3.1. O Relatório Ambiental (RA) inscreve a salvaguarda do património cultural como um dos FCD, por forma a avaliar e assegurar a sustentabilidade ambiental da proposta de PPVC: FCD2 «*Património e Sustentabilidade Ambiental*».

3.2. Na análise SWOT, são identificadas as principais ameaças potenciais ao património arqueológico decorrente de intervenções previstas no plano com impacto no subsolo, sendo referidas as respetivas medidas mitigadoras inscritas no PPVC proposto, cf. Quadro 18 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD2 – Património e Sustentabilidade Ambiental.

3.3. Concorda-se igualmente com os indicadores propostos para monitorização da salvaguarda do património arqueológico no âmbito da implementação do PPVC.

3.4. Por fim, alerta-se para a devida atualização:

- no Quadro 26 – Medidas de controlo relativas aos Fatores Críticos para a Decisão (pp.84-85) e no Quadro 15: onde se lê «*DGPC*», deverá passar a ler-se «*PC IP*»;
- no Quadro 2 – Síntese dos Pareceres ao RAP (dezembro 2022) e a sua tradução no RA (julho 2024): onde se lê «*Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) Divisão do Património Arqueológico e das Arqueociências (DPAA)*»

27/02/2024», deverá passar a ler-se «PC IP, despacho da Sr.ª Vice-Presidente do Conselho Diretivo de 22/03/2024»

ELEMENTOS CONSTITUINTES DA PROPOSTA

4. REGULAMENTO

Regista-se com agrado que foram, de um modo geral, introduzidos os ajustes e recomendações constantes no parecer anteriormente emitido pelo PC IP, no que concerne ao Art.º 7.º - Proteção de valores arqueológicos e Artigo 16.º Parâmetros urbanísticos,

5. PLANTA DE CONDICIONANTES SRUP

5.1. Inclui um *buffer* de 200m de raio partir do ponto georreferenciado correspondente ao sítio arqueológico Lobite (Neolítico), e respetiva “*área de dispersão*”, delimitada na Planta de Condicionantes e identificado na alínea d) do nº 1 do art.º 6.º do Regulamento do PPCV, replicando a delimitação constante no PUCL.

5.2. De igual modo, conforme parecer GP 48510, toda a área de intervenção do PPCV é identificada como estando sujeita a Condicionantes de Arqueologia.

6. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do exposto, no que diz respeito ao Património Arqueológico, considerando os princípios de Arqueologia Preventiva, preconizados na Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, nas normas do PROT-Algarve e no articulado do RJIGT e RJAAPP mencionados *supra*, propõe-se a emissão dos seguintes pareceres **na vertente de arqueologia**:

AAE Relatório Ambiental: parecer **favorável**.

Proposta do Plano: parecer **favorável**.

Em caso de concordância superior, propõe-se que o teor da presente informação seja comunicado via PCGT até dia 26/03/2026, inclusive.

À consideração superior,

Rita Ramos – Arqueóloga 09/03/2026